

Por que se adiou o pacote?

Nem pacote, nem "cesta básica". Uma cadeia nacional de rádio e televisão anunciaria ontem um conjunto de medidas aptas a redimir a economia dos males que a acometem, há muito tempo. Era o que se adiantava. Havia que mexer no Imposto de Renda e no mercado financeiro, havia que baixar diretrizes para a privatização de empresas estatais (para contrariedade da tecnoburocracia dominante), havia que esboçar programas sociais, lembrados muito provavelmente para justificar a *requisição* de mais 60 trilhões de cruzeiros ao setor privado da economia e a pessoas físicas que, somando cerca de 3% da população, integram o contingente reservado a dentadas cada vez mais fundas do leão. Havia; não há mais — até quando?

É que o governo, à última hora, decidiu suspender a cadeia mencionada e rever o programa que seria divulgado — tão bom que merecera a aprovação do sr. Jacques de Larosière, durante almoço que o reuniu com o ministro da Fazenda, no começo desta semana. Mas como? Estava furado o pacote? Fora mal preparado ou mal amarrado? Ou a divulgação dele ontem, com a consequente remessa ao Congresso, que só se reunirá até o próximo dia 5, daria tempo de sobra a deputados e senadores para examiná-lo bem demais? Não seria de admirar se o Executivo, agora, decidisse apelar novamente ao decreto-lei a fim de fazer valer as providências lucubradas para carrear ao Erário os trilhões que lhe faltam para manter o Estado todo-poderoso e financiar a aventura das sociedades de economia mista na indústria, no comércio, na agricultura e atividades derivadas e na prestação de serviços. Confirmar-se-ia, destarte, como a Novíssima República se assemelha à velha — e, o que é pior, a imita nos cacoetes e manias.

Esse recuo na undécima hora mostra, à saciedade, que o governo não tem nenhuma orientação no tocante à condução da economia; falta-lhe uma política que abranja as causas da desordem reinante e, depois de diagnosticá-las corretamente, assine a terapia adequada a erradicar as diversas enfermidades cujos sintomas mais graves são inflação, dívida interna insuportável, dívida externa privilegiada, já que é a

mais elevada do mundo, taxas de juro escorchantes e todos os outros que se notam com um simples olhar ao derredor. Numa economia superestatizada, a inflação e as taxas de juro descapitalizam a empresa privada, enquanto os mil tributos que a oneram lhe comem as magras reservas de que se valeria para reinvestir e poupar. Os titulares do poder não apreendem essa realidade. Tanto que decidem aumentar a carga tributária, neste sombrio e presagio final de ano. Só assim darão liberdade à empresa estatal, ovante, para continuar a sacudir dinheiro pela janela, praticar o empreguismo, gastar à tripa forra, improdutiva, onerosa, deficitária.

Em outras palavras: não se vai às raízes das dificuldades que se multiplicam; antes, pega-se o regador cheio d'água e parte-se para molhar essas raízes, com a aparente intenção de robustecê-las. De outro modo, como crescerão as mesmas dificuldades? Isso é o que se denomina a lógica do absurdo. Infelizmente, é a que vigora no Brasil, no setor econômico-financeiro, onde tudo se improvisa e os casuismos têm o condão de trazer sempre presente o passado que se supunha sepultado em março. Até agora, ele ainda não provoca saudades...

Não é somente insegurança que se põe a nu com o cancelamento da rede nacional de emissoras pela qual falaria o presidente da República, proclamando o pacote e a cesta. Mais grave pode ser o ridículo de estudar durante longo tempo tal pacote, aprimorá-lo, levá-lo a conhecimento de quem de direito no FMI, alardeando, enquanto isso, que o País, com orgulho, passará por cima dele para negociar diretamente com a multidão de seus credores — e, depois de tudo, recuar e adiar (para quando?) a comunicação de um programa em torno do qual se suscitara a mais viva expectativa.

Resta saber se tudo decorreu da constatação de que o dinheiro não dava e será indispensável majorar as alíquotas dos tributos, dobrando-os. Consta que com o pacote se anunciará a extinção da pobreza em 1989. Como? Por decreto? Provavelmente, ignora-se nos círculos oficiais que o maior amigo da pobreza é a inflação, que enriquece

os ricos e empobrece os pobres. Com inflação, a pobreza jamais desaparecerá; ao contrário, ampliará seus tentáculos, flagelando muitos milhões de brasileiros mais. De que adiantará colocar um litro de leite na "cesta básica", se se torna mais carente aquele que a recebe? Convença-se o governo, prosperidade só haverá com moeda estável. Desenvolvimento real só haverá com moeda estável. Bem-estar social só haverá com moeda estável. Com uma inflação da ordem de 200% ao ano, podendo a qualquer momento desandar para um processo galopante, fadado a abalar as instituições políticas, não há programa oficial que dê resultados positivos. Mesmo porque, neste momento, transportando-se para o Erário 60 trilhões de cruzeiros, será preciso, em meados de 1986, dar tratos à bola para abastecê-lo com outro tanto, ou muito mais, a menos que se consiga pôr ordem no setor público da economia, impor-lhe a austeridade que deveria ter sido determinada há mais de uma década, emagrecê-lo, restringi-lo ao mínimo *minorum*.

Ou será que o adiamento que enseja este comentário se deveu ao fato de haver reconhecido o Executivo, finalmente, que seu dever maior, como queria Tancredo Neves, consiste em combater a inflação? Vamos esperar que, ao falar à Nação, o presidente da República diga o que todos querem ouvir? Que o aviltamento incessante da moeda será combatido duramente e, em 1989, não mais existirá? Nem seria preciso descer a detalhes quanto às medidas a adotar para atingir esse objetivo, o mais patriótico que se reserva aos governantes, nesta conjuntura: eles se espantariam, se resolvessem investigar o quanto o povo está informado do que se tem de fazer para acabar com a corrida alucinante entre preços e salários, estes sendo sempre suplantados por aqueles.

Se o adiamento da alocução presidencial obedeceu ao propósito de dar conta de providências formuladas para revogar o reajuste tributário, podar o poder do Estado e fazer regredir a inflação, vale a pena esperar e ouvi-la com atenção, porque o País merece boas notícias; das más, por inúmeras razões, está farto.